

# POR QUE HÁ UM MOVIMENTO DE REESTATIZAÇÃO NA EUROPA DE HOJE?

Carlos Águedo Paiva

Porto Alegre, 22 de abril de 2019

Assembleia Legislativa do Estado do  
Rio Grande do Sul

# PREÂMBULO: a Crise Fiscal é insuperável sem Plebiscito!

- Nosso tema é a reestatização na Europa. Mas este tema só está em pauta aqui e agora em função da votação da PEC sobre o Plebiscito.
- Esta PEC é incompatível com a recuperação fiscal do Estado. Por quê?
- Porque nossa crise fiscal é única no Brasil. Ela só será superada com um amplo movimento social capaz de respaldar o Governo do Estado e os representantes do RS no Parlamento Nacional por uma RENEGOCIAÇÃO – REPACTUAÇÃO DO SISTEMA DE PAGAMENTOS QUE RECONHEÇA SUAS PECULIARIDADES.

# UMA CRISE SECULAR (1)

- Os gaúchos polemizam sobre tudo. Mas estão de acordo em dois pontos:
- 1) o “grenalismo”, o antagonismo visceral, é um traço perverso de nossa cultura política;
- 2) Nossa crise fiscal é severa e cerceia a capacidade de investimento do setor público.
- O que poucos sabem é que ambas as características têm a mesma origem: a Constituição de 1891.
- Esta carta institui o Imposto Territorial Rural sobre terras produtivas e improdutivas.
- Os proprietários do Sul e do Oeste se levantaram na Revolução Federalista, contra o governo Julio de Castilhos.
-

# UMA CRISE SECULAR (2)

- Para vencer a revolta, Castilhos apelou para o Exército Nacional.
- O apoio de Floriano Peixoto foi negociado em troca da concessão de Aposentadoria INTEGRAL para todos os funcionários públicos, estaduais (em repetição à norma federal imposta pelo Exército na Carta da República).
- Os demais Estados da Federação só introduzirão a regra de aposentadoria integral na Carta de 1946. E os primeiros benefícios serão pagos décadas após.

# UMA CRISE SECULAR (3)

- A Revolução Federalista está na base do nosso “grenalismo” e do extraordinário peso das pensões e aposentadorias no orçamento público.
- Além disso, o RS é o Estado mais meridional do Brasil, integrado geográfica e economicamente aos países do Prata. Desenvolveu-se como um Estado Exportador.
- E sofreu, mais do que qualquer outro, com a perniciosa Lei Kandir.
- Não há como superar a crise fiscal sem uma renegociação DIFERENCIADA. NÃO A CONQUISTAREMOS SEM SOLIDARIEDADE INTERNA
- NADA PODE SER MAIS DISSOLVENTE DA CONSTRUÇÃO DESTA SOLIDARIEDADE DO QUE IMPEDIR O POVO DE SE MANIFESTAR.

**ESTATIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO,  
REESTATIZAÇÃO: POR QUÊ?**

# COMEÇANDO PELO PRINCÍPIO

- Para que possamos entender o moderno movimento de reestatização é preciso responder duas perguntas prévias:
- 1) Que empreendimentos foram PRIVATIZADOS no bojo da onda neo-liberal que hegemonizou a agenda das políticas públicas no último quartel do Século XX?
- 2) Por que os empreendimentos então privatizados eram – até então – controlados pelo setor público?
- Vamos começar respondendo à segunda pergunta

## Antes do “Consenso de Washington” (1)

- Economistas de distintas vertentes teóricas eram unânimes em reconhecer que o mercado NÃO era o melhor administrador da produção em duas circunstâncias ESPECIAIS:
- 1) Monopólios Naturais;
- 2) Bens e serviços estratégicos sujeitos a elevada instabilidade de oferta e preços e cuja exploração ao menor custo gera externalidades negativas ou positivas;



# A onda neo-liberal

- Mas, a partir de meados dos anos 70, emergem:
- 1) críticas crescentes à qualidade da gestão pública e ao poder das corporações sindicais e burocráticas;
- 2) tecnologias e padrões de regulação que colocavam em dúvida a pertinência dos modelos de “monopólio natural” (avião X ferrovia; direito de passagem ferroviária e dutoviária; telefones móveis; etc.);
- 3) grande dificuldade de administrar os crescentes déficits e dívidas das principais economias do mundo;
- E TEM INÍCIO A ONDA PRIVATISTA!

# O Movimento de Privatização

- A onda privatista começa no Reino-Unido. A resistência é grande. Especialmente dos mineiros. Mas cai por terra. E o Estado se beneficia de forte entrada de recursos, pois a maior parte das empresas é leiloadada em bolsa, com acesso de pequenos investidores à aquisição de ações desde o início.
- Na era Reagan-Bush, o movimento passa a ter apoio dos Think-Tanks e das instituições de regulação internacional (FMI e Banco Mundial) e se globaliza.

# Depois da Festa ..... A Ressaca

- Ao contrário das previsões otimistas acerca da eficácia das novas agências e estruturas reguladoras, o que se observou empiricamente foi que os serviços privatizados sofreram, como regra geral,
  - 1) forte elevação de preços;
  - 2) queda de qualidade;
  - 3) seletividade e exclusão de usuários.

# Qual o problema de fundo?

- **Economistas e Governantes superestimaram a eficácia dos novos instrumentos de regulação e imposição de concorrência.**
- Nas palavras de Stiglitz, Prêmio Nobel da Economia:
- “Quando o produto e/ou serviço ofertado é estratégico para o conjunto dos agentes econômicos e sua oferta é sujeita a instabilidade, é provável que surjam contingências imprevistas que tornem impositiva a mediação e a regulação por parte do setor público. Se a adaptação rápida a esses eventos é crucial, a facilidade de intervenção é importante.
- **Sob tais circunstâncias, a provisão pública é o modo preferido de organização.”**

# A Reação Europeia

- No início do século XXI, emerge um forte movimento de resistência às privatizações. Este movimento se estrutura sobre bases sociais muito peculiares: os consumidores em geral e, dentre estes, os estratos mais pobres (e carentes de representação sindical e/ou partidária tradicional);
- Em função desta base social peculiar, o movimento de reestatização na Europa NÃO terá, inicialmente, respaldo NACIONAL, mas local;
- São os governos municipais e regionais dos territórios habitados pela população mais desprotegida e carente que protagonizarão o processo de reestatização de serviços;
- Alguns dados:

# 835 (re)municipalizaciones de servicios públicos



# La (re)municipalización por sectores

**267**

**Agua**

**País**

**Número de casos**

Francia	106
Estados Unidos	61
Estado español	27
Alemania	17
Argentina	8
Canadá	4
Hungría	4
Italia	3
Kazajistán	3
Sudáfrica	3
Bolivia	2
Colombia	2
India	2
Indonesia	2
Mozambique	2
Turquía	2
Ucrania	2
Uzbekistán	2
Venezuela	2
Albania	1
Bélgica	1
República Centroafricana	1
Ecuador	1
Guinea	1
Líbano	1
Malasia	1
México	1
Portugal	1
Rusia	1
Suecia	1
Tanzania	1
Uganda	1



**31**

**Residuos**

**País**

**Número de casos**

Alemania	13
Reino Unido	7
Canadá	5
Francia	3
Estado español	2
Noruega	1

**311**

**Energía**

**País**

**Número de casos**

Alemania	284
Estados Unidos	6
Reino Unido	5
Japón	4
Países Bajos	3
República Dominicana	2
Francia	2
Argentina	1
Dinamarca	1
Estado español	1
India	1
Lituania	1



**Transporte 38**

**País**

**Número de casos**

Francia	20
Reino Unido	7
Austria	3
Alemania	2
Portugal	2
Canadá	1
República Checa	1
India	1
Turquía	1



**Educación**

**País**

**Número de casos**

Alemania	5
Reino Unido	3
India	1
Nicaragua	1
Estado español	1

**Administración local**

**140**



**24** edificios y limpieza



**15** seguridad y emergencias



**19** espacios públicos (verdes)



**18** vivienda



**20** comedores escolares



**10** deporte



**9** cultura



**8** construcciones y reparaciones



**4** funerarias



**3** recursos humanos



**5** tecnología de la información

**5** otros



**País**

**Número de casos**

Reino Unido	37
Alemania	26
Francia	21
Estado español	21
Austria	13
Canadá	9
Finlandia	3
Noruega	4
Dinamarca	2
Países Bajos	2
Armenia	1
India	1

**Atención de la salud y asistencia social**

**37**



**8** asistencia social



**29** atención de la salud

**País**

**Número de casos**

Noruega	16
Suecia	7
Reino Unido	5
Estado español	4
Dinamarca	2
Finlandia	1
India	1
Montenegro	1



# (Re)municipalizaciones: recuperar y crear servicios públicos locales

## Remunicipalización

692



## Municipalización

143





# (Re)nacionalizaciones con beneficios públicos



## Fuera de Latinoamérica

	Albania
	Austria
	Cabo Verde
	Estonia
	Finlandia
	Alemania
	Ghana
	Hungría
	Islandia
	Litvania
	Malasia
	Mali
	Nueva Zelanda
	Tanzania
	Reino Unido

## legenda

energía	postal	transporte	finanzas	telecomunicaciones	administración	agua	residuos

# Cómo se ha producido la desprivatización

32



Decisión  
de remunicipalizar

445



Contrato  
vencido

136



Contrato  
rescindido

34



Acciones vendidas por  
operadores privados

12



Retirada de  
operadores privados

## Nivel de la recuperación del control



Municipal  
493

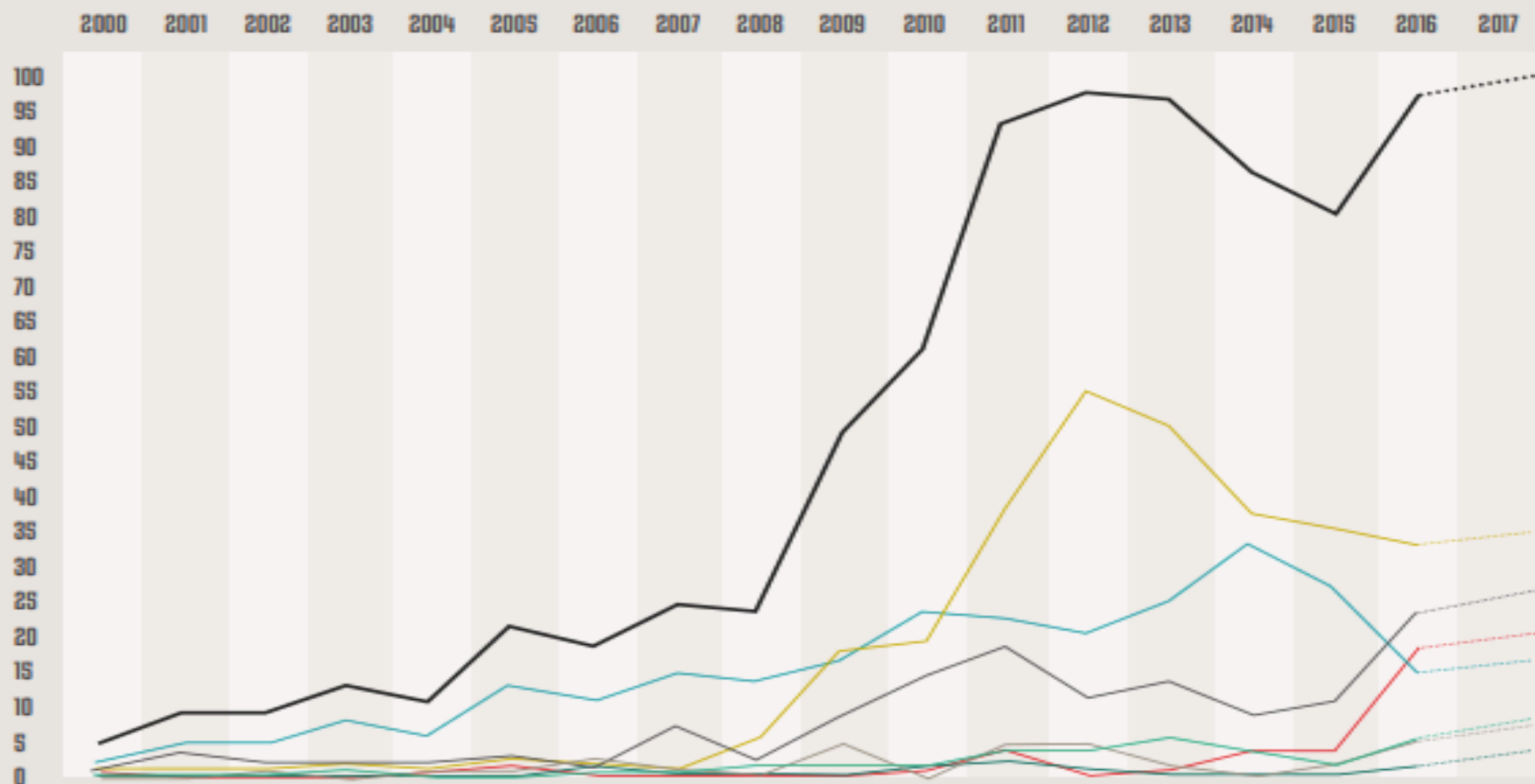


Intermunicipal  
234

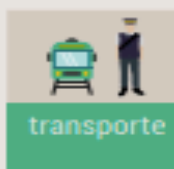


Regional  
96

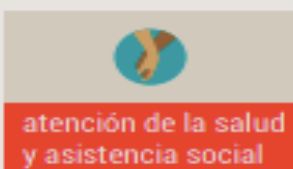
# Desprivatizaciones por año



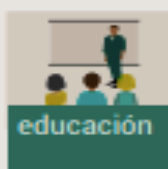
energía



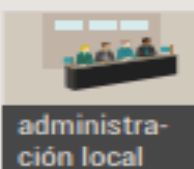
transporte



atención de la salud  
y asistencia social



educación



administración  
local



agua



residuos



# FRANCIA

## NÚMERO TOTAL DE CASOS

# 152

### Transporte

## 20



### Agua

## 106



### Residuos

## 3



### Energía

## 2



### Administración local

## 21



15 comedores escolares  
4 espacios públicos (verdes)  
1 edificios y limpieza  
1 instalaciones deportivas

## Puntos destacados

- Récord de remunicipalizaciones en el sector del agua (106 casos).
- Líder en la desprivatización de comedores escolares (15 casos) para fomentar una dieta local y saludable entre niños y niñas.
- 20 ciudades han recuperado el sistema de transporte (y solo una pasó al privado) desde 2000.
- Grenoble, pionera en la remunicipalización del agua, prevé recuperar el servicio local de energía.
- Niza ha remunicipalizado servicios públicos básicos (transporte local, comedores escolares, espacios culturales y agua).

# ALEMANIA

## NÚMERO TOTAL DE CASOS

# 347

### Transporte

## 2



### Agua

## 17



### Residuos

## 13



### Energía

## 284



### Educación

## 5



### Administración

### local

## 26



11 seguridad y emergencias



6 edificios y limpieza



5 instalaciones deportivas (piscina)



1 cultura



2 espacios públicos (verdes)



1 proveedor de alimentos locales

## Puntos destacados

- Mayoría de casos de remunicipalización en el sector de la energía (284 casos).
- Se han creado 109 empresas municipales de redes y suministro de energía.

# ESTADO ESPAÑOL

NÚMERO TOTAL  
DE CASOS

56

Atención de la salud y  
asistencia social

4



Agua  
27



Energía

1



Educación

1



Residuos

2



Administración  
local

21



7 espacios públicos (verdes)



5 edificios y limpieza



3 vivienda



2 funerarias



1 seguridad y emergencias



1 construcciones y reparaciones



1 cultura



1 alquiler de bicis

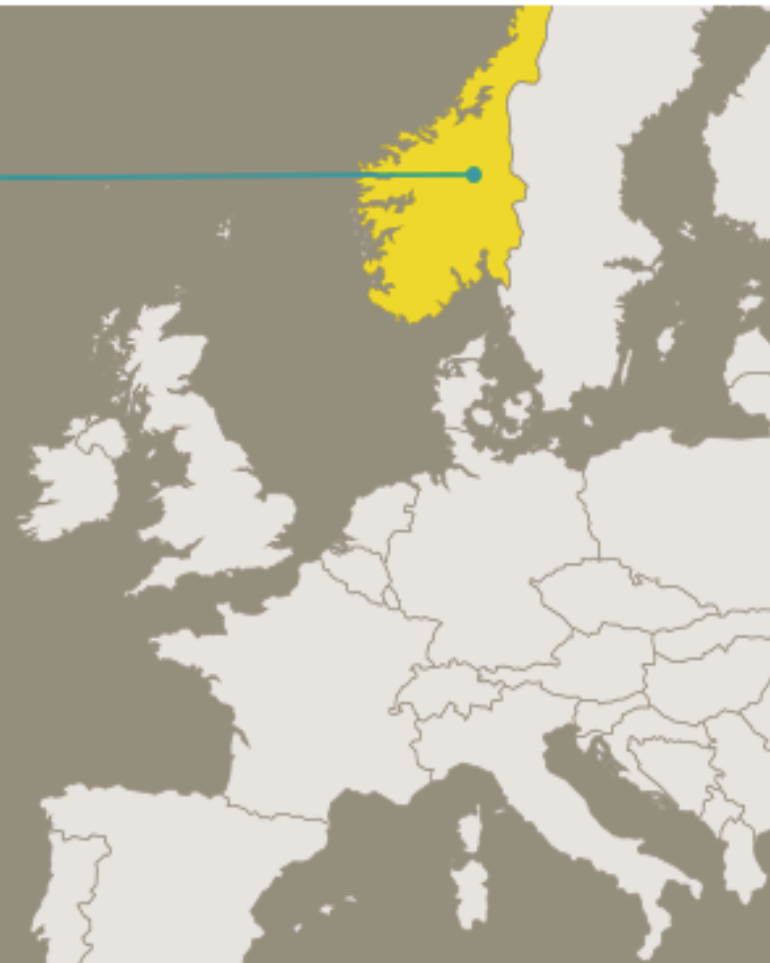
## Puntos destacados

- Se ha recuperado el control de 15 servicios de la administración local tras las elecciones municipales de 2015.
- Muchas ciudades han recuperado varios servicios: Rivas-Vaciamadrid (3), Cabrils (2), Ciudad Real (4), Barcelona(4), Cádiz (2), Chiclana (3), Sabadell (2).

# NORUEGA

NÚMERO TOTAL  
DE CASOS

21



Atención de la salud y  
asistencia social

16



Residuos

1



Administración local

4



1 seguridad y emergencias



3 edificios y limpieza

## Puntos destacados

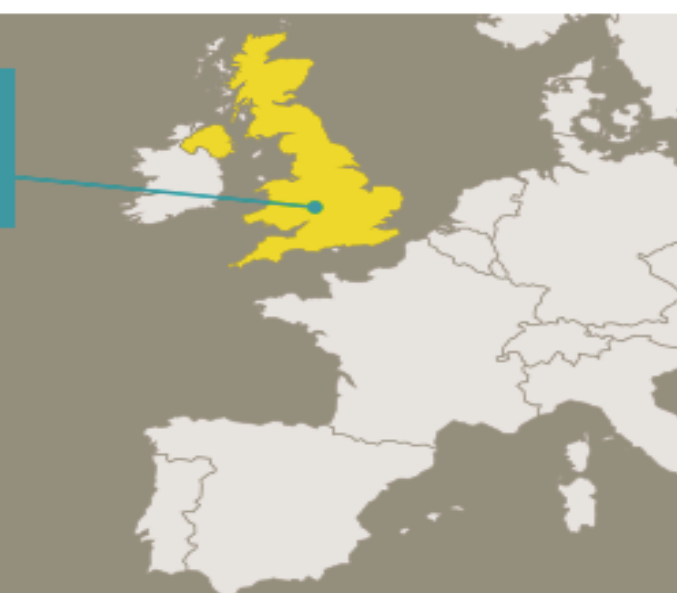
- La ola desprivatizadora llegó tras las elecciones municipales de 2015.



# REINO UNIDO

## NÚMERO TOTAL DE CASOS

# 64



### Atención de la salud y asistencia social

## 5



### Transporte

## 7



### Energía

## 5



### Educación

## 3



### Residuos

## 7



### Administración local

## 37



	14	vivienda
	7	edificios y limpieza
	4	tecnología de la información
	3	recursos humanos
	2	espacios públicos (verdes)
	1	instalaciones deportivas
	1	comedores escolares
	1	seguridad y emergencias
	1	construcciones y reparaciones
	1	prestaciones sociales
	1	centro de contacto
	1	servicios de asistencia

## Puntos destacados

- Se han creado 4 empresas municipales de energía para suministrar electricidad asequible a las comunidades.
- La opinión pública británica apoya firmemente que los servicios se gestionen en pro de las personas y no del lucro.



**AS PRIVATIZAÇÕES NA  
PERIFERIA: OS CASOS DO  
BRASIL E RIO GRANDE DO SUL**

# PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL

- Mesmo o mais liberal e anti-estatista dentre os economistas reconhece que as privatizações só são bem sucedidas se:
- 1) gerarem ingressos significativos ao setor público;
- 2) o fornecimento dos serviços privatizados for objeto de estrita regulação pública com vistas a impedir práticas monopolistas predatórias.
- Nada disso ocorreu entre nós. As privatizações dos anos 90 e início dos anos 2000 se deram a partir de leilões de baixa transparência e participação, com a aceitação de moedas podres e financiamento pelo BNDES a juros subsidiados.
- E a eficácia das agências reguladoras no Brasil na defesa do consumidor é virtualmente nenhuma.

# O Caso do Rio Grande do Sul

- Enfrentando uma grave crise fiscal há várias décadas, o RS saiu na frente dos demais UFs no processos de privatização e concessão.
- Este processo deu-se no bojo da renegociação da dívida estadual, ao longo do primeiro governo FHC e foi estimulado pelo Ministério da Fazenda no período.
- Todos sabemos as consequências desta renegociação: após 20 anos de pagamento ininterrupto, nossa dívida real é, hoje, maior do que a repactuada.
- E o atual governo quer retomar os passos de Britto.

# POR QUÊ?

- A justificativa dada para privatizar empresas lucrativas que atuam em áreas estratégicas e atendem os mais diversos estratos da população é que esta é a condição para ingressarmos no Regime de Recuperação Fiscal.
- A justificativa para a não realização do Plebiscito é que esta é uma questão técnica e alta complexidade.
- De fato, é!
- Por isto mesmo, exige-se ampla discussão.

# O Que dizem os Técnicos?

- Em situação de instabilidade política, insegurança jurídica, aversão ao risco e taxas de juros elevadas, as empresas públicas em processo de privatização devem ser adquiridas a preços muito inferiores ao seu valor real;
- Há bases teóricas e argumentos técnicos suficientes para demandar uma renegociação diferenciada para o RS;
- A não realização do plebiscito retirará força e apoio do atual governo e dos parlamentares para conquistar um programa tecnicamente consistente de renegociação da dívida.
- A previsível elevação dos preços dos serviços privatizados aprofundará as cisões políticas internas e deprimirá, no futuro, nosso poder de barganha.
- QUEM SE BENEFICIA COM ISTO? ... Talvez — se tanto — as empresas que vierem a controlar a CEE, a CRM e a Sulgás.